

EDITORIAL



Edite Estrela
Presidente da Delegação

Chega ao fim o primeiro ano de mandato da actual legislatura. A esta distância podemos recordar que recebemos os resultados das eleições europeias, e forte descida eleitoral do PS com redução muito acentuada do número de deputados, com um sentimento misto. De um lado a triste admissão das razões que levaram o eleitorado a participar nas eleições europeias com motivações menos europeias e mais internas (legítimas, claro!). Por outro lado, a incerteza sobre até que ponto podiam os socialistas portugueses manter uma representação eficaz no Parlamento Europeu.

Esse foi o objectivo mais imediato! E podemos, hoje, estar tranquilos, na certeza de que a nossa Delegação garantiu uma participação eficaz e uma representação condigna.

Ao longo destes meses os deputados do PS no Parlamento Europeu asseguraram a defesa das posições portuguesas em todos os momentos e estiveram na primeira linha dos grandes debates europeus.

Defendemos a eleição de Durão Barroso como Presidente da Comissão Europeia, discutimos e elegemos a nova Comissão Europeia. Discutimos e aprovámos o Programa da Comissão e a Estratégia UE2020.

O prestígio e reconhecimento da nossa representação também foram reconhecidos pela atribuição ao nosso deputado Vital Moreira da Presidência da Comissão de Comércio Internacional, uma das que tem maior intervenção exterior ao PE.

Mas sem individualizar ninguém, é justo referir que o mérito dos resultados se deve em grande medida ao esforço singular de cada um dos deputados que em cada Comissão ou Delegação, em todos os debates e votações marcam presença invulgarmente assídua e contribuem sempre para a formação da decisão e da opinião europeia sobre cada tema.

Este primeiro ano de mandato constitui, portanto, uma pequena vitória. Vencemos o desafio que constituía manter a nossa presença e capacidade de participação no debate europeu.

Partimos para o resto do mandato muito confiantes e igualmente determinados. Mantemos este espírito até porque vamos entrar num momento decisivo para o debate de assuntos que tocam mais de perto os interesses portugueses. Disso será exemplo a reforma da Política Agrícola Comum e a discussão do pacote orçamental conhecido como Perspectivas Financeiras 2014-2019. Num caso como noutro temos garantida a nossa atenta e competente participação.

No fim deste primeiro ano foi também agradável retomar o hábito de reunir em Jornadas Parlamentares. Embora com o pretexto de uma tragédia, a Tromba de Água de 20 de Fevereiro na Madeira, a Delegação Socialista reuniu no Funchal com os dirigentes socialistas locais, com parceiros sociais e com peritos para avaliar os efeitos da tragédia e os trabalhos de recuperação em curso.

A nossa iniciativa mereceu grande impacto local com acompanhamento aprofundado e continuado da comunicação social e foi saudada numa mensagem efusiva do Presidente do Grupo Socialista no Parlamento Europeu, Martin Schulz.

Importa ainda salientar a extraordinária colaboração de todas as entidades Regionais para os nossos trabalhos, nomeadamente as audiências institucionais com o Presidente do Governo Regional, que demonstrou todo o empenho no êxito dos nossos trabalhos, o Representante da República para a Região, o Presidente da Assembleia Legislativa Regional e o vice-presidente da Câmara Municipal do Funchal (o Presidente estava ausente da Região). Muito importante foi a visita a locais afectados e onde o Vice-Presidente da Governo Regional expôs as obras em curso e os planos de reconstrução.

Um sucesso que a Madeira merecia mas também premeia este nosso ano de trabalho. Não podíamos desejar melhor evento para encerrar esta Sessão Legislativa.

As Jornadas Parlamentares são uma experiência para repetir num futuro próximo.

FICHA TÉCNICA

Edição

Delegação Socialista Portuguesa
no Parlamento Europeu
www.delegptse.eu

Layout e Paginação

Gabinete de Comunicação do PS

Periodicidade Mensal

Tel. 00 322 2842133

Email s-d.delegationPT@europarl.europa.eu

Ana Gomes leva compra dos submarinos ao Parlamento Europeu

Numa audição sobre o tema "Corrupção: um negócio europeu?", que organizou no dia 1 de Julho, com a eurodeputada romena do Partido Popular Europeu Monica Macovei, a socialista Ana Gomes levou ao Parlamento Europeu o caso de corrupção em Portugal e na Alemanha que envolve a compra de dois submarinos por parte do Estado português, por decisão do Governo Durão Barroso-Portas em 2004. Ana Gomes declarou que "como se vê pelo caso dos submarinos, não é só no sul da Europa que há corrupção – empresas alemãs e de outros países do Norte da Europa vivem dela".

A aquisição dos submarinos foi contratada por Portugal ao consórcio alemão GSC, que encarregou a sua associada MAN Ferrostaal do processo contratual das contrapartidas - processo este que envolveu o consórcio português ACECIA reunindo empresas nacionais, a maioria do sector automóvel. As várias operações foram financiadas por um consórcio bancário liderado pelo BES. Os indícios de crimes de fraude, burla, branqueamento de capitais e pagamento de luvas e comissões com prejuízo para o Estado português em ambos os contratos motivaram a abertura de dois processos pelo Departamento Central de Investigação e Acção Penal da PGR e um, pelo menos, na



Alemanha que já levou à prisão de 3 gestores da MAN Ferrostaal. Em Portugal, foram entretanto constituídos nove arguidos no âmbito do processos judiciais respeitante aos contratos de contrapartidas. Ana Gomes sublinhou que, independentemente de deverem ser apuradas judicialmente as responsabilidades pela corrupção, os contratos de contrapartidas, ao implicar indústrias completamente alheias ao sector da Defesa, envolvem claras violações das leis da concorrência no Mercado Interno, pelo que deveriam ser objecto de investigação por parte da CE.

A audição tinha por fim expor casos

de corrupção protagonizados por empresas europeias em negócios transfronteiriços dentro do Mercado Interno. Marc Pyman, responsável da Transparency International (TI) em Londres pelos contratos de equipamento de Defesa, explicou que a própria NATO desaconselha a prática das contrapartidas por facilitarem os subornos e as fraudes ao Estado. O director da TI – Grécia, Aris Syngros, explicou como a crise financeira pôs a descoberto práticas de corrupção enraizadas no tecido empresarial e na administração pública grega, frequentemente articulados no exterior através de empresas e bancos de outros países europeus.

CPLP NÃO DEVE LEGITIMAR A DITADURA NA GUINÉ EQUATORIAL

Ana Gomes organizou nas instalações do PE, em Lisboa, no dia 16 de Julho, uma Audição sob o título "Guiné Equatorial na CPLP?". Foram debatidas as implicações de ser admitida a Guiné Equatorial como membro efectivo da CPLP, segundo pedido apresentado pelo respectivo governo e agendado para consideração pela Cimeira de Chefes de Estado, a 23 de Julho, em Luanda. Fernando Sousa, Membro da Direcção da Amnistia Internacional, falou sobre as violações de direitos humanos naquele país. Para a Deputada, "a Guiné Equatorial, para além de não falar português, é uma

das mais sinistras ditaduras do mundo. Teodoro Obiang Nguema, no poder há 31 anos depois de um golpe de Estado, continua a fabricar resultados eleitorais na ordem dos 95% e é responsável por fazer qualificar o seu país nos piores lugares dos "rankings" de má governação, repressão política, corrupção, tortura, detenção arbitrária e outras grosseiras violações de direitos humanos". Segundo a Deputada, a integração na CPLP deste país, que é rico em petróleo, gás natural e madeiras, mas cuja população vive em chocante pobreza, "provocaria a descrédibilização da CPLP, além de não incentivar os actuais membros (Portugal incluído) a fazerem o muito que ainda têm a fazer para cumprir os compromissos estatutários em matéria de respeito pelo Estado de Direito, pelos direitos humanos e pela consolidação da Democracia".

Luís Paulo Alves defende os Açores em encontro com Durão Barroso

Luís Paulo Alves encontrou-se, em Estrasburgo, juntamente, com os deputados das Regiões Ultraperiféricas (RUP) com o Presidente da CE, Durão Barroso, para uma troca de pontos de vista sobre as preocupações e os desafios que se colocam, no contexto actual, às Regiões Ultraperiféricas. Segundo o Deputado o encontro "revestiu-se da máxima importância" e defendeu junto do Presidente da Comissão que "é necessário elaborar um estudo de impacto para fazer face à abertura dos mercados externos da UE através dos acordos bilaterais e também da própria desregulamentação do mercado interno, como é o caso provável das quotas leiteiras e para o qual é necessário fazer uma avaliação. No âmbito das negociações das futuras perspectivas financeiras para o



período de 2014 a 2020 é necessário garantir os meios necessários para levar à prática um conjunto de políticas capazes de assegurar a continuidade da nossa coesão económica e social e dar resposta à nova vertente da coesão territorial que o tratado de Lisboa vai

necessário que as questões relacionadas com as RUP "tenham uma abordagem transversal dos vários Comissários Europeus e respectivas DG's, assegurando o envolvimento com as Regiões numa estratégia de desenvolvimento económico sustentável.

garantir mas que tem de ser operacionalizada nas várias políticas da UE". Para Luís Paulo Alves a par deste estudo de impacto e das suas eventuais medidas compensatórias é ainda